

FACÇÕES CRIMINOSAS E O IMPACTO NA SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAZONAS

CRIMINAL FACTIONS AND THEIR IMPACT ON PUBLIC SECURITY IN AMAZONAS

Marcelo Argolo Estrela¹
Denison Melo de Aguiar²
Flávio Humberto Pascarelli Lopes³
Bruno Patrício de Azevedo Campos⁴

Resumo: O presente artigo analisa a evolução e a multidimensionalidade do crime organizado no estado do Amazonas, focando na transição das facções criminosas de uma atuação estritamente voltada ao narcotráfico para um modelo de hibridismo criminal que integra ilícitos ambientais. Por meio de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, o estudo investiga a gênese da Família do Norte (FDN) e a subsequente disputa territorial entre facções de alcance nacional, como o Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC), pelo controle da Rota do Solimões. Os resultados indicam que a "governança criminal" consolidada no interior do estado utiliza o narco-garimpo, o desmatamento e a grilagem como ferramentas de capitalização e controle territorial, gerando uma crise de segurança pública que coloca as populações tradicionais em estado de vulnerabilidade extrema. A pesquisa valida a hipótese de que o modelo tradicional de segurança é insuficiente diante da complexidade geográfica e logística amazônica, sugerindo a adoção de uma estratégia de Segurança Multidimensional que integre a proteção do bioma à defesa nacional.

Palavras-chave: Crime Organizado. Amazonas. Narcotráfico. Crimes Ambientais. Segurança Multidimensional.

¹ - Especialista em Segurança Pública e Política Criminal, Formado em Gestão Deportiva Pela Universidade Cruzeiro do Sul e Bacharelado nos Cursos de Direito e Segurança Pública e do Cidadão. Atualmente é Policial Militar na Polícia Militar do Amazonas.

² Pós-Doutor UniSalento (Itália-2024), Doutor em Direito. Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA).

³ Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

⁴ Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade La Salle de Manaus – UNILASSALE, E em MBA em Gestão Estratégica da Administração Pública pela Faculdade Descomplica – DESCOMPLICA. Graduado em Direito pela Escola Superior Batista do Amazonas – ESBAM. Chefe do Estado Maior Geral e Coronel da Polícia Militar do Amazonas – PMAM.

Abstract: This article analyzes the evolution and multidimensionality of organized crime in the state of Amazonas, focusing on the transition of criminal factions from an exclusively drug trafficking-oriented performance to a hybrid criminal model that integrates environmental offenses. Through qualitative, bibliographic, and documentary research, the study investigates the genesis of the Família do Norte (FDN) and the subsequent territorial dispute between national factions (CV and PCC) for control of the Solimões Route. The results indicate that the "criminal governance" consolidated in the state's interior uses illegal mining (narco-mining), deforestation, and land grabbing as tools for capitalization and territorial control, generating a public security crisis that places traditional populations in a state of extreme vulnerability. The research validates the hypothesis that the traditional security model is insufficient given the Amazonian geographical and logistical complexity, suggesting the adoption of a Multidimensional Security strategy that integrates biome protection with national defense.

Keywords: Organized Crime. Amazonas. Drug Trafficking. Environmental Crimes. Multidimensional Security.

INTRODUÇÃO

O fenômeno da criminalidade organizada contemporânea transcende a prática de delitos isolados, consolidando-se como um poder paralelo que desafia a soberania estatal. No cenário brasileiro, as facções criminosas — organizações com hierarquia rígida e alta capacidade financeira — evoluíram de grupos focados no varejo de entorpecentes para complexas holdings do crime. No estado do Amazonas, essa problemática adquire contornos singulares: a posição estratégica da região, no epicentro das rotas internacionais de narcotráfico, serviu como o embrião para uma expansão de domínio que hoje ameaça a integridade do bioma e a segurança institucional.

A temática deste artigo fundamenta-se na análise da simbiose entre o isolamento geográfico amazônico e a porosidade das fronteiras. O conceito de Segurança Pública é explorado aqui não apenas sob a ótica da repressão ao crime urbano, mas como a salvaguarda da ordem pública frente à governança criminal imposta em territórios onde o Estado se faz ausente.

A delimitação deste objeto de estudo foca na metamorfose das atividades dessas organizações no Amazonas. É imperativo destacar que, no contexto regional, a atuação das facções não se restringe mais exclusivamente ao tráfico de drogas. Observa-se uma perigosa diversificação do portfólio criminal: o controle sobre o garimpo ilegal, o financiamento do desmatamento predatório e a prática da grilagem de terras. Essas atividades, integradas à logística das facções, geram um ciclo de lavagem de dinheiro e controle territorial que intensifica os conflitos agrários e a violência contra populações tradicionais.

Essa "multicriminalidade" transforma o território amazonense em um cenário de guerra híbrida. Este artigo busca, portanto, responder: de que maneira a ação das facções e sua expansão

para crimes ambientais e fundiários impacta na Segurança Pública do Amazonas e como isso tem se reverberado na sociedade.

Um exemplo prático dessa complexidade geopolítica é a transição das facções de meras operadoras logísticas para detentoras de domínio territorial sobre recursos estratégicos. Conforme destacam Benayon Júnior et al. (2021), a dinâmica do tráfico no Amazonas não é estática; ela se adapta à geografia fluvial para criar "zonas de sombra" onde o Estado tem dificuldade de monitoramento. Essa realidade é corroborada pela situação em que o controle de rotas fluviais, anteriormente voltado apenas ao escoamento de entorpecentes, passa a ser utilizado para a proteção e viabilização de comboios de minérios ilegais e madeira nobre, demonstrando uma "geopolítica da ilegalidade" que integra diferentes frentes de exploração predatória.

Nesse sentido, o impacto na segurança pública é amplificado pela capacidade dessas organizações em cooptar a mão de obra local e infraestruturas comunitárias, transformando áreas de preservação em enclaves operacionais do crime organizado (BENAYON JÚNIOR et al., 2021).

A execução desta pesquisa justifica-se pela necessidade premente de compreender as mutações do crime organizado em uma das regiões mais sensíveis do globo, onde a segurança pública e a preservação ambiental tornaram-se variáveis indissociáveis de uma mesma equação de crise. Inicialmente, observa-se a relevância acadêmica do tema no âmbito das Academias de Direito da Amazônia, uma vez que o trabalho busca suprir a carência de doutrina jurídica que contemple as especificidades da Criminologia sob a ótica regional. Ao investigar a atuação das facções no Amazonas, este artigo rompe com a dependência de bases teóricas pensadas exclusivamente para o contexto urbano do Sudeste, contribuindo para o fortalecimento de uma ciência jurídica endógena, capaz de produzir saber crítico sobre as normas de segurança pública aplicadas à nossa complexa realidade geográfica e social.

No que tange à relevância científica, a pesquisa preenche uma lacuna fundamental nos programas de pós-graduação voltados à Segurança Pública e ao Desenvolvimento Regional, alinhando-se à linha de pesquisa de "Segurança Multidimensional". O valor para a produção de ciência na Amazônia reside na oferta de dados e análises que conectam o fenômeno das facções ao avanço do "narco-garimpo", da grilagem e do desmatamento, fornecendo novos marcos conceituais que auxiliam a entender como estruturas ilícitas transnacionais se adaptam à logística do ecossistema amazônico.

Por fim, e de forma primordial, emerge a relevância social deste estudo, fundamentada no impacto direto na qualidade de vida da sociedade amazonense. As facções criminosas não apenas operam mercados ilegais, mas exercem uma "governança criminal" que cerceia direitos fundamentais, impõe toques de recolher e coopta a juventude em áreas vulneráveis. Portanto, compreender os mecanismos de expansão desses grupos é o primeiro passo indispensável para o desenho de políticas públicas que visem a retomada do território pelo Estado Democrático de Direito, garantindo aos cidadãos do Amazonas o direito fundamental à segurança, à integridade territorial e à paz social.

O presente artigo científico estabelece como seu objetivo geral compreender, sob uma perspectiva crítica e geopolítica, a dinâmica de expansão e consolidação das facções criminosas no estado do Amazonas, buscando verificar de que maneira a transição e a diversificação de suas atividades para o espectro dos crimes ambientais e fundiários reconfiguram os paradigmas da Segurança Pública e desafiam a soberania do Estado Brasileiro na região amazônica. No que tange aos objetivos específicos, a pesquisa propõe-se, em uma primeira fase, a descrever a evolução histórica e o complexo processo de territorialização destas organizações criminosas, mapeando minuciosamente as rotas fluviais e as "zonas de sombra" geográficas que sustentam o narcotráfico transnacional nas calhas dos rios Solimões, Negro e Amazonas.

Em um segundo momento de maturação analítica, o estudo pretende analisar a simbiose orgânica entre o capital ilícito proveniente do tráfico e a exploração predatória dos recursos naturais, detalhando como o fenômeno do "narco-garimpo", o desmatamento mecanizado e a grilagem sistemática de terras públicas operam sob a égide logística e o financiamento das facções, resultando na criação de ecossistemas criminais híbridos de alta periculosidade e resiliência. Adicionalmente, o trabalho visa identificar as vulnerabilidades estruturais e institucionais das forças de segurança frente à governança criminal exercida em áreas de baixa densidade demográfica, onde o domínio territorial por grupos armados substitui a presença do Estado e impõe uma ordem jurídica paralela que submete as populações locais.

A investigação também se dedica a examinar como essa multicriminalidade afeta a integridade dos povos tradicionais e a preservação do bioma, conectando a violência urbana de Manaus aos conflitos agrários no interior do estado. Por fim, o estudo busca propor diretrizes estratégicas e recomendações técnicas fundamentadas no conceito contemporâneo de Segurança Multidimensional, que possam subsidiar a formulação de políticas públicas integradas e transversais. Tais diretrizes devem ser capazes de enfrentar o crime organizado não apenas por meio do policiamento ostensivo tradicional, mas como um imperativo de inteligência estatal,

proteção ambiental rigorosa e promoção da justiça social, assegurando a plena retomada do território amazônico pelo Estado Democrático de Direito frente às ameaças transnacionais e híbridas que caracterizam a criminalidade no século XXI. Esta análise busca, em última ratio, oferecer um diagnóstico robusto que sirva de baliza para gestores públicos e operadores do direito que atuam na complexa fronteira entre a segurança das instituições e a sobrevivência do ecossistema amazônico.

A investigação central que norteia este estudo emerge de uma inquietude científica sobre a mutação das estruturas de poder no Norte do Brasil, sintetizada na seguinte problematização: De que maneira a transição das facções criminosas no Amazonas para uma atuação multidimensional — que integra o narcotráfico transnacional a crimes ambientais como o garimpo ilegal, o desmatamento e a grilagem — altera a eficácia das estratégias tradicionais de segurança pública e quais são os limites práticos da soberania estatal frente à consolidação dessa nova governança criminal híbrida? Esta indagação refuta respostas binárias ou simplistas, pois exige que o pesquisador se debruce sobre a complexidade de um cenário onde o crime não apenas desafia a lei, mas reconfigura a própria lógica de ocupação do território. O problema busca compreender se o atual modelo de segurança, focado primordialmente na repressão urbana e no policiamento ostensivo, possui ferramentas teóricas e operacionais capazes de alcançar a capilaridade necessária para desarticular organizações que agora operam na interseção entre a economia ilícita e a destruição do bioma amazônico.

Como resposta provisória a este problema, e em observância ao rigor do método científico, formula-se a seguinte hipótese: admite-se que, se as facções criminosas no Amazonas logram êxito na diversificação de suas atividades para o campo dos crimes ambientais e fundiários, ocorre uma diluição sistêmica da capacidade de resposta do Estado, uma vez que o aparato de segurança pública tradicional pode ser insuficiente para enfrentar uma estrutura que funde logística fluvial de difícil monitoramento, financiamento global e controle territorial de comunidades vulneráveis.

Sob a lógica de um silogismo científico expandido, pode-se supor que: Se a manutenção do domínio territorial das facções depende da simbiose entre o lucro do tráfico e a exploração de recursos naturais, e se as instituições de controle permanecem fragmentadas entre a repressão policial e a fiscalização ambiental isoladas, então a governança criminal tende a se consolidar como o poder hegemônico nas calhas dos rios amazônicos. A hipótese sugere que a eficácia estatal pode estar condicionada à migração urgente de um modelo reativo para um modelo de Segurança Multidimensional, no qual a proteção da floresta e o controle das rotas de escoamento

sejam tratados como pilares indissociáveis da soberania nacional. Portanto, supõe-se que a fragilidade na integração das agências de inteligência e fiscalização pode ser o fator preponderante que permite ao crime organizado transmutar-se em um "Estado Paralelo" de natureza predatória no coração da Amazônia.

A presente investigação adota uma abordagem qualitativa e de natureza exploratório-descritiva, fundamentada no método dedutivo, partindo das teorias gerais sobre o crime organizado para a análise das especificidades do cenário amazonense. Para o alcance dos objetivos propostos e o teste da hipótese formulada, a pesquisa se sustenta em um procedimento de revisão bibliográfica sistemática e análise documental rigorosa. O referencial teórico é construído a partir do levantamento em bases de dados científicas (como SciELO, Google Acadêmico e repositórios de instituições de ensino superior da Amazônia), selecionando autores que discutem a geopolítica das drogas, a governança criminal e a segurança multidimensional, com especial ênfase na literatura produzida por centros de pesquisa regionais.

Complementarmente, a análise documental debruça-se sobre relatórios oficiais de órgãos de Segurança Pública, como os Anuários de Segurança Pública do Brasil e dados da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM), além de relatórios de inteligência ambiental produzidos por órgãos como o IBAMA e a Polícia Federal, que evidenciam a interseção entre o narcotráfico e os crimes ambientais. O tratamento dos dados coletados é realizado por meio da análise de conteúdo, buscando identificar padrões de atuação das facções e as lacunas nas políticas estatais. Pode-se supor que a triangulação entre o saber acadêmico e os dados operacionais oficiais permita uma compreensão profunda do fenômeno estudado, garantindo que as conclusões aqui apresentadas possuam o rigor científico necessário para subsidiar tanto o debate jurídico quanto a formulação de estratégias de segurança aplicadas à realidade amazônica.

2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA E TERRITORIALIZAÇÃO DAS FACÇÕES NO AMAZONAS: DO REGIONALISMO À HEGEMONIA TRANSNACIONAL

A análise exaustiva dos resultados revela que o surgimento e a subsequente expansão das facções criminosas no estado do Amazonas não foram eventos fortuitos ou isolados, mas o resultado direto de um vácuo de poder estatal histórico, que foi preenchido por uma organização de caráter marcadamente regionalista, identitário e assistencialista. O marco inaugural desta dinâmica complexa reside na consolidação da Família do Norte (FDN), cujo crescimento exponencial desafiou a lógica de expansão radial das facções tradicionais originárias do Sudeste brasileiro. Conforme reportado pela revista *Veja* (2015), a FDN não apenas se estruturou como

uma força paramilitar local, mas ascendeu com uma velocidade inédita ao posto de terceira maior facção do país em termos de faturamento e número de batizados. O seu poder baseou-se primordialmente no controle absoluto e violento da "Rota do Solimões", uma artéria fluvial estratégica que conecta os centros de produção de cloridrato de cocaína nos países andinos — especialmente Colômbia e Peru — aos mercados consumidores globais na Europa e África. Esta via transformou o Amazonas num corredor geopolítico insubstituível e numa plataforma logística de primeira ordem para o narcotráfico transnacional.

A investigação aponta que o sistema prisional amazonense não foi apenas um local de contenção, mas serviu como o grande laboratório, centro de doutrinação e comando estratégico para estas organizações. Farias (2018) argumenta com propriedade que a FDN se consolidou através de uma retórica populista de "união contra o opressor externo", utilizando a precariedade estrutural e a superlotação do sistema carcerário para forjar uma identidade coletiva de resistência regional. Esta estratégia permitiu que a facção cooptasse detentos não apenas pelo medo, mas sob um discurso de proteção mútua contra a "invasão" de grupos paulistas e cariocas. De acordo com o autor:

"O discurso da Família do Norte fundamenta-se na ideia de uma 'união' que visa proteger os detentos locais da suposta exploração e violência imposta pelas facções do Sudeste, estabelecendo uma ordem interna baseada em 'batismos' e em uma hierarquia que se estende para além dos muros das prisões, alcançando as comunidades periféricas de Manaus (FARIAS, 2018, p. 82)."

Esta governança criminal, entretanto, foi severamente tensionada pela ruptura da aliança histórica entre as duas maiores facções do país, que mantinham uma estabilidade relativa no mercado de entorpecentes. Conforme detalhado pelo El País (2016), o fim da trégua de mais de vinte anos entre o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) teve reflexos imediatos, sangrentos e desproporcionais na Região Norte do Brasil. A reportagem sublinha que o controle das fronteiras amazônicas e dos portos fluviais tornou-se o principal motivo de discórdia geopolítica, uma vez que o PCC buscava o monopólio das rotas que a FDN (então aliada tática do CV) operava com exclusividade.

Essa ruptura transformou os presídios de Manaus em autênticos "barris de pólvora", culminando em tragédias humanitárias de repercussão internacional, como o massacre do Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj) em 2017. Como destaca a Gazeta do Povo (2017), o evento não foi um motim desordenado ou uma rebelião por melhorias carcerárias, mas sim uma operação de inteligência militarmente planejada pela cúpula da FDN para eliminar

cirurgicamente membros da facção rival paulista e reafirmar o domínio territorial inquestionável sobre o Estado. A FDN agia, naquele momento, como um braço regional musculoso no conflito nacional, garantindo que a "porta de entrada" da cocaína permanecesse sob influência da coalizão Norte-Rio de Janeiro.

Silva e Oliveira (2020) interpretam essa dinâmica não apenas como um fenômeno de violência urbana, mas como uma "soberania territorial criminoso", onde a eficiência destas facções decorre de uma habilidade quase mimetizada de instrumentalizar a complexa geografia da região em seu benefício tático. Elas transformaram as calhas de rios em zonas de exclusão estatal, onde a presença da Marinha ou da Polícia Federal é escassa e intermitente. Ainda sob a ótica de Silva e Oliveira (2020, p. 15), o controle das vias fluviais permite que estas organizações operem uma logística invisível e resiliente, que se adapta com maestria às variações sazonais dos rios — como as grandes secas e cheias — e utiliza a infraestrutura local, como pequenos estaleiros e portos flutuantes, para camuflar fluxos ilícitos de escala industrial.

A pesquisa demonstra, portanto, que a expansão seguiu um modelo de territorialização por etapas: primeiro, o domínio das galerias prisionais; segundo, a ocupação das periferias urbanas através do controle de pontos de venda; e, por fim, a conquista das rotas fluviais de fronteira. Atualmente, o Amazonas vive uma configuração de guerra híbrida onde deixou de ser meramente um local de passagem ou um "corredor de trânsito" para se tornar o epicentro de uma disputa geopolítica criminal de alta intensidade. Esta disputa pela "porta de saída" da Amazônia para o mercado global redesenhou as fronteiras da segurança pública brasileira, exigindo que o Estado confronte organizações que hoje possuem recursos financeiros e poder de fogo que rivalizam com as instituições oficiais de defesa. O regionalismo que deu origem à FDN foi engolido por uma dinâmica transnacional onde o território amazonense é o ativo mais valioso no tabuleiro do crime global.

3. TRANSIÇÃO PARA O ECOSISTEMA CRIMINAL HÍBRIDO: DO NARCOTRÁFICO AO NARCO-GARIMPO E À GRILAGEM

A investigação revela que um dos achados mais significativos e alarmantes da atual dinâmica criminal no Amazonas é a metamorfose das facções de meras operadoras logísticas do tráfico de drogas em gestoras de um ecossistema complexo e interdependente de ilícitos ambientais e territoriais. Este fenômeno, classificado contemporaneamente pela literatura especializada como hibridismo criminal, demonstra que a estrutura logística consolidada ao longo de décadas para o escoamento de entorpecentes — baseada no domínio de calhas de rios e portos clandestinos — foi estrategicamente redirecionada para viabilizar o garimpo ilegal, o

desmatamento mecanizado e a grilagem de terras públicas em larga escala. Verificou-se que essa transição não é fortuita, mas profundamente estratégica: o capital excedente oriundo do tráfico de cocaína é reinvestido em recursos naturais de alto valor agregado, que oferecem não apenas uma rentabilidade extraordinária e perene, mas também um risco de detecção jurídica e persecução penal sensivelmente inferior ao do tráfico de substâncias entorpecentes.

Além disso, tais atividades facilitam sobremaneira a lavagem de dinheiro em escala industrial, uma vez que o ouro e a madeira podem ser reinseridos em cadeias produtivas legais com relativa facilidade por meio de fraudes em guias de transporte e certificados de origem. Conforme aponta Santos et al. (2024), a violência no estado do Amazonas deixou de ser um fenômeno meramente urbano, confinado às periferias de Manaus, para tornar-se uma variável intrinsecamente ligada à ocupação predatória e armada do solo. Nesse novo paradigma, o aumento vertiginoso de crimes letais intencionais segue a expansão das fronteiras de exploração ilegal de ouro e madeira, onde o controle do território é mantido através do extermínio de resistências locais e da imposição de um regime de terror sobre as comunidades tradicionais.

Os dados coletados indicam que o controle das facções sobre o garimpo ilegal no interior do Amazonas — especialmente nas balsas e dragas que operam nos rios Japurá, Madeira e nas proximidades de Terras Indígenas como o Vale do Javari — ocorre através de um modelo sofisticado de "proteção armada" (miliciarização) e financiamento de infraestrutura pesada. As facções não apenas cobram "pedágios" para permitir a extração, mas tornaram-se sócias dos empreendimentos, fornecendo o capital inicial para a compra de maquinário e insumos, como o mercúrio, em troca de uma fatia da produção. Do Nascimento (2025) reforça que o crime organizado transnacional hoje representa uma ameaça existencial e direta ao futuro sustentável da região e à própria integridade do Estado, uma vez que a "governança criminal" substituiu progressivamente a autoridade ambiental e administrativa do poder público em vastas porções do território amazônico. De acordo com o autor:

"A atuação de organizações criminosas na exploração de minérios e madeira nobre não é apenas uma infração administrativa, mas uma estratégia de poder transnacional que fragiliza a soberania brasileira, utilizando o bioma como escudo e fonte de capitalização para a manutenção de estruturas bélicas que desafiam as forças de defesa e segurança, criando um cenário de conflito híbrido onde o lucro ambiental financia o poder de fogo contra as instituições democráticas (DO NASCIMENTO, 2025, p. 82)."

Esta simbiose financeira permite que as facções adquiram armamentos de uso restrito e tecnologias de comunicação criptografada, elevando seu patamar de letalidade e dificultando a

interceptação por parte dos órgãos de controle. Paralelamente, a grilagem de terras e o desmatamento surgem como ferramentas cruciais de expansão logística e consolidação territorial de longo prazo. A grilagem não visa apenas a revenda de lotes, mas a criação de uma rede de pontos de apoio seguros para o narcotráfico. A análise documental, amplamente corroborada pelos estudos recentes de Santos et al. (2024), sugere que a abertura de clareiras na floresta e a ocupação ilícita de vastas terras da União servem a um propósito duplo e complementar: a capitalização rápida através da extração e venda de madeira nobre de alto valor no mercado internacional e a construção de infraestruturas logísticas ocultas.

Nesse contexto, pistas de pouso clandestinas, portos privados ocultos pela vegetação e entrepostos de armazenamento são camuflados sob a fachada de atividades agropecuárias ou extrativistas aparentemente legítimas. Esse domínio fundiário permite que a facção controle quem entra e quem sai de determinadas regiões, criando "zonas de exclusão" onde o Estado brasileiro não consegue exercer sua autoridade sem uma operação de guerra.

Os resultados demonstram que a facção no Amazonas atua hoje como uma verdadeira "holding do crime", uma estrutura corporativa ilícita onde a diversificação de portfólio (drogas, ouro, madeira, terras) garante a resiliência financeira da organização mesmo diante de grandes apreensões de entorpecentes. Nesta estrutura, o domínio fundiário gera uma nova e perversa camada de conflitos agrários e socioambientais, tornando a segurança pública uma questão absolutamente indissociável da proteção ambiental e da soberania nacional. Sob a ótica de Santos et al. (2024, p. 145), essa configuração resulta em uma "geografia da criminalidade" móvel e fluida, onde os índices de homicídios e o controle social rígido migram para as calhas dos rios à medida que o crime organizado consolida sua hegemonia sobre os recursos naturais estratégicos do estado.

Observou-se que a presença dessas organizações altera a economia local, cooptando mão de obra ribeirinha que, sem alternativas de renda, acaba servindo à logística do narco-garimpo. Portanto, o que foi encontrado nesta etapa exaustiva da pesquisa é a prova irrefutável de que o narcotráfico no Amazonas deixou de ser uma atividade isolada para tornar-se o motor financeiro de um ecossistema de degradação sistêmica. Este cenário desafia o Estado brasileiro a repensar urgentemente suas estratégias de defesa e segurança, movendo-se para além do policiamento convencional de "patrulha e ronda". A complexidade do problema exige uma integração sem precedentes entre inteligência policial especializada em crimes financeiros, fiscalização ambiental rigorosa com poder de polícia e um controle territorial efetivo das Forças

Armadas, visando asfixiar os fluxos financeiros que alimentam a destruição da floresta e a violência contra seus povos.

4. IMPACTOS NA SEGURANÇA PÚBLICA E A CONSOLIDAÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL AMAZÔNIDA

Os resultados desta investigação demonstram que o impacto das facções criminosas na Segurança Pública do Amazonas transcende, em larga escala, o mero incremento quantitativo dos índices de criminalidade letal ou a flutuação estatística de delitos patrimoniais. O que se manifesta, na realidade, é uma crise profunda e estrutural de governança territorial e soberania social. O achado mais significativo e alarmante deste tópico é a constatação de que a população amazonense — tanto a que reside nas densas e complexas periferias urbanas de Manaus quanto aquela situada nas isoladas e desassistidas calhas de rios do interior — encontra-se submetida a um regime perverso de "soberania compartilhada" ou "condomínio de poder".

Conforme as diretrizes teóricas fundamentais de Manso e Dias (2018), as facções criminosas deixaram de ser meros grupos de delinquentes para operar como um modo de governo extralegal. Elas preenchem o vácuo de autoridade e a ausência de serviços básicos deixados pelo Estado, estabelecendo uma jurisdição fática e coercitiva. Esse cenário submete o cidadão comum a "tribunais do crime" e a um silenciamento imposto pelo terror sistemático e pela vigilância constante. Verificou-se que essa "paz imposta" ou "paz mafiosa" mascara conflitos latentes e gera uma subnotificação crônica de crimes. A ausência de denúncias oficiais em diversas localidades não reflete, de modo algum, a queda da criminalidade, mas sim a consolidação da hegemonia criminal sobre o aparelho de justiça local, onde o medo da retaliação suplanta a confiança nas instituições policiais.

Essa configuração sociopolítica gera um estado de vulnerabilidade multidimensional que atinge violentamente as bases do desenvolvimento humano regional. Segundo dados alarmantes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), a Amazônia Legal consolidou-se como a região mais violenta do Brasil, com cidades de fronteira e pontos estratégicos de escoamento no Amazonas apresentando taxas de homicídios que superam em até três vezes a média nacional. O Estado enfrenta o que a literatura define como "interiorização da violência", um deslocamento do crime que antes era contido nas metrópoles para o coração da floresta. Esse cenário é drasticamente agravado pela logística fluvial de baixa visibilidade e alta complexidade.

Conforme apontam Silva e Oliveira (2020), a vasta malha hidrográfica permite que grupos hegemônicos, como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), operem com o que se pode denominar de "impunidade técnica". O aparato policial

estadual enfrenta limitações geográficas, tecnológicas e orçamentárias severas para realizar patrulhamentos perenes em um labirinto de milhões de quilômetros de vias navegáveis. A população ribeirinha e os povos indígenas, historicamente desassistidos de políticas de policiamento comunitário e inteligência estratégica, tornam-se reféns diretos de uma "guerra híbrida". O controle de portos clandestinos, lagos e rotas de escoamento transforma comunidades outrora pacíficas em cenários de conflito bélico intermitente, por onde ecoa o poder de fogo de armamentos de guerra e munições de uso restrito, frequentemente superiores em calibre e tecnologia aos recursos das forças de segurança locais.

Além disso, a transição coordenada destas organizações para o financiamento e gestão de crimes ambientais e fundiários amplifica a vulnerabilidade existencial das populações tradicionais e das lideranças comunitárias que tentam resistir à ocupação. Do Nascimento (2025) reforça que a insegurança no Amazonas hoje afeta a própria sobrevivência física, cultural e biológica dos povos da floresta. A contaminação sistêmica de rios por mercúrio proveniente do garimpo ilegal e a degradação desenfreada do bioma para a abertura de pastagens e pistas de pouso não são apenas danos ambientais; são subprodutos diretos da "segurança" e proteção armada oferecida pelas facções aos financiadores desses ilícitos. Essas são formas de violência ambiental que atacam diretamente a base da segurança alimentar, sanitária e hídrica de toda a região.

A pesquisa encontrou evidências contundentes de que o controle sobre o território amazônico não visa apenas o lucro imediato do tráfico de entorpecentes, mas a construção e manutenção de uma "infraestrutura da ilegalidade" perene. Esta infraestrutura envolve desde a cooptação forçada de mão de obra local — transformando jovens ribeirinhos em "soldados" ou "mulas" do tráfico — até o deslocamento forçado de populações originais de suas terras para facilitar a grilagem. O impacto social é devastador: escolas fecham mais cedo devido ao "toque de recolher", o comércio local é tributado por facções e a liberdade de ir e vir é ditada pelo nível de tensão entre grupos rivais.

Por fim, o que se extraiu desta fase exaustiva da investigação é que o impacto na Segurança Pública amazonense constitui uma falha sistêmica e histórica de proteção à dignidade humana e aos direitos fundamentais. O contrato social, pilar da democracia brasileira, parece ter sido rompido ou suspenso em favor de uma "geografia da criminalidade" móvel, resiliente e altamente adaptável. Como bem aponta Santos et al. (2024), o Estado brasileiro enfrenta no Amazonas um desafio existencial que não se resolve apenas com o incremento pontual do efetivo policial ou a compra de novas viaturas urbanas. O cenário demanda a retomada urgente

do controle social e institucional de territórios onde, atualmente, o direito à vida, à livre circulação e à propriedade está condicionado aos interesses flutuantes, brutais e transnacionais das organizações criminosas.

A vulnerabilidade da sociedade amazonense é, em última análise, o reflexo amargo de um Estado que, ao negligenciar as especificidades logísticas, antropológicas e geográficas da região por décadas, permitiu que o crime organizado se tornasse a única instituição onipresente, eficiente e, paradoxalmente, a que oferece a "ordem" (ainda que violenta) na vida de milhares de cidadãos. A segurança pública no Amazonas, portanto, deixou de ser um problema local para tornar-se uma questão de soberania nacional, exigindo uma presença estatal que seja não apenas repressiva, mas provedora de justiça, desenvolvimento e cidadania real no interior da floresta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sistemática e pormenorizada das dinâmicas criminais no estado do Amazonas revela que a região não enfrenta apenas um fenômeno de criminalidade comum, episódica ou desordenada. Pelo contrário, o que se observa é uma reconfiguração profunda e perigosa da soberania territorial e social, provocada pela hegemonia resiliente de facções criminosas que operam como atores políticos e econômicos de facto. A investigação demonstrou que a territorialização desses grupos, iniciada historicamente pelo domínio absoluto do sistema carcerário e expandida de forma agressiva para o controle logístico das rotas fluviais transnacionais, evoluiu para um ecossistema de hibridismo criminal sem precedentes na história do país. A convergência entre o narcotráfico convencional e os ilícitos ambientais — exemplificados pelo narco-garimpo, pelo desmatamento mecanizado e pela grilagem de terras da União — evidencia que o crime organizado no Amazonas opera hoje como uma estrutura multidimensional e corporativa. Esta estrutura utiliza a biodiversidade amazônica e seus recursos naturais estratégicos não apenas como ativos financeiros de alta liquidez, mas como verdadeiros escudos logísticos e instrumentos de projeção de poder, desafiando frontalmente a capacidade de governança do Estado brasileiro.

Os achados desta pesquisa validam integralmente a hipótese inicialmente formulada, confirmando que a diversificação das atividades das facções para o espectro ambiental e fundiário diluiu a eficácia e a capacidade de resposta das estratégias tradicionais de segurança pública. O estudo comprovou que o modelo reativo, meramente ostensivo e fragmentado do Estado — focado excessivamente no policiamento de repressão urbana — mostrou-se cronicamente insuficiente frente a uma governança criminal fluida, que se adapta com agilidade

à complexa geografia fluvial da região. Mais do que isso, essa governança exerce um controle social autoritário sobre populações vulneráveis, comunidades ribeirinhas e povos indígenas, preenchendo o vácuo de serviços básicos com uma "justiça" paralela e coercitiva. O significado central deste estudo, portanto, reside na premissa de que a segurança pública no Amazonas se tornou indissociável da proteção do bioma. A soberania nacional é fragilizada e corroída na medida em que organizações criminosas substituem o Poder Público na gestão do território, no controle dos fluxos migratórios e na exploração predatória da floresta, transformando o Amazonas no epicentro de uma guerra híbrida que mistura lucro ilícito com domínio social.

Diante da gravidade desse cenário de "narco-ecossistema", as perspectivas futuras para a temática indicam a urgência inadiável de uma ruptura com os paradigmas institucionais vigentes. Os resultados sugerem que a aplicação prática de políticas de segurança no Amazonas deve transitar definitivamente para o modelo de Segurança Multidimensional, conceito que transcende a mera repressão policial para integrar o desenvolvimento econômico à proteção ambiental e ao controle de fronteiras. Isso implica na integração sistêmica e em tempo real de agências de inteligência policial, órgãos de fiscalização ambiental (IBAMA e ICMBio), o Ministério Público e as Forças Armadas. Este novo arranjo institucional deve tratar o monitoramento das calhas dos rios e o ordenamento fundiário como prioridades absolutas de defesa nacional. Recomenda-se a criação de bases integradas permanentes em zonas estratégicas de fronteira e o fortalecimento de tecnologias de monitoramento remoto, como satélites de alta resolução e radares de abertura sintética, capazes de anular a vantagem logística da invisibilidade fluvial e da cobertura vegetal utilizada pelo crime organizado.

Em última análise, os dados e argumentos aqui expostos provam que a vulnerabilidade da sociedade amazonense só será mitigada quando a presença estatal for capaz de oferecer uma alternativa institucional e econômica superior à governança do crime. Não basta combater o criminoso; é preciso desarticular a economia política que sustenta o crime. Este trabalho oferece um diagnóstico técnico exaustivo que serve como subsídio crítico para que gestores, legisladores e formuladores de políticas públicas compreendam que o enfrentamento às facções no Amazonas requer uma estratégia que vá muito além do incremento de fuzis e viaturas. Exige a retomada da inteligência estratégica, o sufocamento financeiro das redes de lavagem de dinheiro e a proteção rigorosa do território como garantias fundamentais do contrato social. Somente através de uma presença estatal onipresente, ética e eficiente será possível reverter a atual trajetória de degradação e assegurar a paz regional e a integridade da Amazônia para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ALLESSI, Gil. A ruptura entre PCC e Comando Vermelho e o fim da paz nas prisões. El País, São Paulo, 25 out. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/25/politica/1477406310_192891.html Acesso em: 29 jan. 2026.

BENAYON JÚNIOR, Valmir Gomes; AGUIAR, Denison Melo de; LOPES, Flávio Humberto Pascarelli; ZOGAHIB, André Luiz Nunes. Geopolítica do tráfico de drogas no Amazonas. Revista de Investigação e Saberes, [S. l.], 2021. Disponível em: <https://periodicosbrasil.emnuvens.com.br/revista/article/view/514/428> Acesso em: 23 jan. 2026.

DO NASCIMENTO, Mario Brasil. A ameaça do crime organizado transnacional à proteção e ao futuro sustentável da Amazônia brasileira. Revista de Segurança, Desenvolvimento e Defesa, Brasília, v. 2, n. 2, p. 75–90, 2025. Disponível em: <https://rsdd.esd.gov.br/index.php/rsdd/article/view/85> Acesso em: 4 fev. 2026.

FARIAS, Rodrigo Soares. A Família do Norte (FDN) e o sistema prisional amazonense: entre o Estado e a facção. 2018. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/13828/1/RSF01032019.pdf> Acesso em: 29 jan. 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública: Cartografia da Violência na Amazônia. São Paulo: FBSP, 2024.: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/c86febd3-e26f-487f-a561-623ac825863a> Acesso em: 9 fev. 2026.

GAZETA DO POVO. O que é a FDN, a facção por trás do massacre no maior presídio de Manaus. Gazeta do Povo, Curitiba, 2 jan. 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-que-e-a-fdn-a-facciao-por-tras-do-massacre-no-maior-presidio-de-manaus-bh3g0wff1egolmj15vg3qt7p7/> Acesso em: 29 jan. 2026.

MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia, 2018. 344 p.

SANTOS, Maria Paula et al. Dinâmicas da violência no território brasileiro: Amazonas. In: SANTOS, Maria Paula Gomes dos (Org.). Dinâmicas da violência e da criminalidade na Região Norte do Brasil. Brasília, DF: Ipea, 2024. p. 121-166, il. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-072-1/capitulo4>. Acesso em: 4 fev. 2026.

SANTOS, Maria Paula et al. Dinâmicas da violência no território brasileiro: Amazonas. In: SANTOS, Maria Paula Gomes dos (Org.). Dinâmicas da violência e da criminalidade na Região Norte do Brasil. Brasília, DF: Ipea, 2024.: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/23534987-1540-4e15-a156-2479ff328322/content> Acesso em: 9 fev. 2026.

SILVA, S. G.; OLIVEIRA, C. C. A segurança pública na Amazônia: o impacto das facções criminosas no estado do Amazonas. Revista de Direito, [S. l.], v. 12, n. 3, 2020. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/journal/5957/595765943007/595765943007.pdf> Acesso em: 29 jan. 2026.

SILVA, S. G.; OLIVEIRA, C. C. A segurança pública na Amazônia: o impacto das facções criminosas no estado do Amazonas. *Revista de Direito*, [S. l.], v. 12, n. 3, 2020.: <https://www.redalyc.org/journal/5957/595765943007/> Acesso em: 9 fev. 2026.

VEJA. Família do Norte é a terceira maior facção do país. *Veja*, São Paulo, 21 out. 2015. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/familia-do-norte-e-a-terceira-maior-facciao-do-pais/> Acesso em: 29 jan. 2026.